

# O Exército no Estado Novo

Giovanni Latfalla <sup>a</sup>

**Resumo:** Iniciado em novembro de 1937, o Estado Novo, foi um dos períodos mais importantes e controversos da História do Brasil. Durante este período de 08 anos, na Era Vargas, o Brasil sofreu muitas transformações políticas, econômicas e sociais. Estas somente ocorreram porque, o presidente Getúlio Vargas, para permanecer no poder, teve que contar com o apoio das Forças Armadas, em particular do comando do Exército, nas figuras do Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e do Chefe do Estado-Maior, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro. O objetivo deste texto é apresentar a atuação e influência do Exército neste período marcado, em sua maior parte, pela Segunda Guerra Mundial.

**Palavras Chave:** Política, negociações, aproximação.

## O MOMENTO POLÍTICO: O BRASIL EM 1937

O Brasil nos anos de 1930 era um país cuja maior parte de sua população, cerca de 70%, vivia no meio rural, porém não muito longe do litoral. Regiões como a Norte e Centro-Oeste possuíam poucos habitantes, e estavam praticamente isoladas do restante do país. As cidades com mais de um milhão de habi-

tantes eram somente a capital, Rio de Janeiro, e São Paulo.<sup>1</sup>

A economia era dominada pela monocultura, principalmente de café, responsável por cerca de 70% das exportações do país. Também eram cultivados produtos como cacau, cana-de-açúcar e algodão, mas nenhum tinha a importância comercial do café.<sup>2</sup> A indústria de base era inexistente. O país era um mero fornecedor de matérias primas para as

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel do Quadro Complementar de Oficiais do Exército, doutor em Ciência Política. Associado Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



nações mais industrializadas. Como em diversos países, a Crise de 1929 ainda afetava fortemente a economia brasileira.

O presidente Vargas governava o país desde a Revolução de 1930. A Constituição de 1934 previa que seriam realizadas eleições em 1938, e ele não poderia tentar uma reeleição. No segundo semestre de 1937, a campanha eleitoral já estava em pleno vigor com os seguintes candidatos: Armando Sales de Oliveira, político ligado ao Estado de São Paulo, José Américo de Almeida, apoiado por simpatizantes do movimento de 1930, e Plínio Salgado, liderança da Ação Integralista Brasileira (AIB). Só que Vargas pensava diferente quanto a sua sucessão.

Getúlio pretendia impedir a qualquer custo a eleição presidencial a fim de poder continuar no poder. Para conseguir o seu objetivo, ele teria que contar com o apoio das Forças Armadas. Para efetuar o golpe, foi utilizado um plano falso de ameaça comu-

nista ao país, conhecido como Plano Cohen.<sup>3</sup> Elaborado por integralistas, ele foi utilizado pelo Comando do Exército para apoiar a permanência do presidente Vargas, e implantar o Estado Novo no Brasil, no dia 10 de novembro de 1937. Não foi difícil para o presidente alterar a situação política do Brasil, e continuar no poder. Uma nova constituição foi elaborada e outorgada.

Vargas conseguiu o que pretendia, mas teve que oferecer algo em troca. Foi feita uma aliança entre o presidente e os generais Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, visando fortalecer as Forças Armadas do Brasil no curto prazo e, mais tarde, a industrialização do país com o incremento da siderurgia<sup>4</sup>.



## A ALEMANHA E O REEQUIPAMENTO DO EXÉRCITO

No discurso de posse em 1930, Vargas havia prometido modernizar as Forças Armadas. Entretanto, devido a difícil situação financeira do Brasil, isso não havia acontecido. Um relatório do Estado-Maior do Exército relativo ao ano de 1938, apresentado em fevereiro de 1939, relata a situação da implantação de

uma indústria bélica no Brasil somente para o futuro. Naquele momento, era necessária a aquisição de armas no exterior para a modernização do Exército, mesmo sem recursos financeiros para tanto. Ou seja, era o reconhecimento da deficiência militar do país<sup>5</sup>.

A tabela a seguir demonstra que, por volta do final da década de 1930, a quarta parte do orçamento federal era destinada para a área militar. Entretanto, os

Tabela 1 - Despesas Militares – 1929-1946 (Percentagem do Orçamento)

Ano	Exército	Marinha	Força Aérea	Total
1930	12,5	7,3	—	19,6
1931	13,5	6,9	—	19,5
1932	25,0	6,4	—	31,4
1933	17,6	7,3	—	24,9
1934	19,6	7,6	—	27,2
1935	18,1	6,7	—	24,8
1936	17,6	6,7	—	24,3
1937	19,9	9,7	—	29,6
1938	19,2	11,2	—	30,4
1939	18,1	7,2	—	25,3
1940	19,0	7,8	—	26,8
1941	19,3	7,3	—	26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9
1946	18,8	7,8	9,2	35,8

Fonte: Orçamentos Nacionais, 1929 a 1946



gastos com o pagamento de pessoal consumiam boa destes recursos, apesar dos baixos salários.

Os aumentos nos gastos em 1932 estão relacionados ao enfrentamento da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Depois de 1941, com o avanço das negociações com os EUA, grande parte dos recursos para o reequipamento das Forças Armadas viria dos financiamentos norte-americanos, não fazendo parte desta tabela, pois eram recursos fora do orçamento.

É bom esclarecer que, antes mesmo da instalação do Estado Novo, dando continuidade ao acertado para o fortalecimento das Forças Armadas brasileiras, e com autorização presidencial, foi assinado um acordo com a fabricante de armas alemãs Krupp para o fornecimento ao Brasil de peças de artilharia a cavalo para o Exército. A compra de armas da Alemanha envolvia poucos recursos financeiros dos dois países, com a utilização dos chama-

dos marcos de compensação. Importante salientar, que em 1937 o governo decretara a moratória da dívida externa brasileira.<sup>6</sup>

Já no Estado Novo, em março de 1938, um novo e muito maior contrato foi firmado com a mesma firma alemã, visando também a compra de material de artilharia para o Exército. Estava prevista a aquisição de canhões de campanha e de montanha de 75 mm, obuses de 105 mm, canhões antiaéreos de 75 e 88 mm, e canhões de longo alcance de 150 mm, no valor total de U\$ 8.281.882 libras esterlinas, a serem pagas em várias prestações. Em Essen, sede da Krupp, existia uma Comissão Militar do Governo do Brasil, para a resolução de assuntos relativos aos contratos afirmados.<sup>7</sup>

As armas fornecidas pela Alemanha seriam importantes se de fato fossem enviadas em sua totalidade, ao necessário reequipamento militar do Brasil. Já os produtos primários fornecidos



pelo Brasil faziam parte do plano alemão para o início de uma próxima guerra, quando necessitavam possuir, em estoque, de uma boa quantidade destes artigos.

Este comércio com a Alemanha deixou extremamente preocupado o governo dos EUA. A documentação do Departamento de Estado dos EUA mostra como a intensificação das atividades comerciais entre o Brasil e a Alemanha não era do agrado das autoridades norte-americanas. Para eles, depois da compra de armas, poderiam vir assessores militares para atuarem junto as Forças Armadas do Brasil.

No final dos anos de 1930, o Exército, incomodava-se com o precário estado de armas, equipamentos e com a imensa dificuldade para a mobilização e treinamento dos soldados visando à defesa contra inimigos internos e externos. A situação da Marinha também não ficava atrás. Além disso, o momento internacional era de acelerados preparativos, em determinadas

nações, para o conflito que se aproximava<sup>8</sup>.

Quanto às ameaças internas ao poder de Vargas, em 1938, os integralistas, partido extinto pelo presidente com a implantação do Estado Novo em 1937, tentaram um golpe de estado que acabou fracassando. Após o fim da ameaça integralista, Getúlio teve condições de iniciar seu governo ditatorial sem adversários internos. Os problemas para o país passaram a estar relacionados à guerra que se aproximava cada vez mais célere.

No final de 1938, a nova política de defesa do hemisfério fez com que os planejadores militares dos EUA passassem a enxergar a importância do Brasil. Caso o país fosse ocupado por inimigos, e que no futuro poderiam ameaçar todo o continente americano, inclusive os EUA<sup>9</sup>.



## **A APROXIMAÇÃO MILITAR COM OS ESTADOS UNIDOS**

Após a Primeira Guerra Mundial, a nação que teve uma maior aproximação militar com o Brasil havia sido a França. A Missão Militar Francesa (MMF) atuou junto ao Exército Brasileiro durante muitos anos (1919-1939), tendo uma enorme influência sobre esta instituição e seus comandantes.

Quanto aos contatos militares com os EUA, desde 1934 e além do adido militar no Rio de Janeiro, havia enviado a chamada Missão Militar Americana (MMA), que prestava assistência em assuntos ligados à artilharia de costa (defesa costeira). A MMA contribuiu para que, aos poucos, houvesse uma substituição do pensamento doutrinário prussiano e francês pelo norte-americano, que acabou por se consolidar ao final da Segunda Guerra Mundial.

O contrato da MMA foi renovado em 1936, para cooperar

com o Estado-Maior do Exército junto a Inspetoria de Defesa e Costa, e também no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa. Eram suas atribuições também a instrução nos funcionamentos nos cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química<sup>10</sup>.

Contudo, a atuação norte-americana junto à artilharia de costa, e a da Missão Militar Francesa, estavam longe de resolver a questão defensiva do Brasil, e do hemisfério ocidental, frente a uma ameaça de invasão. Era necessário fazer um imenso esforço, inclusive diplomático, para que, de fato, uma melhoria defensiva acontecesse. Isto somente passou a acontecer, mesmo que de maneira lenta, após a visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, aos EUA, em fevereiro de 1939.

A partir de 1938, autoridades civis e militares dos EUA, visualizaram que o mundo se encaminhava para um novo con-



flito bélico, e que a América estava militarmente enfraquecida contra um ataque externo. Outro ponto muito importante, é que os norte-americanos consideraram o saliente nordestino como um ponto vital na estratégia para a defesa da América, e que este local estava desprotegido. Seriam necessários contatos imediatos com as autoridades brasileiras para o fortalecimento das defesas da América.

Fig. 1 – Saliente nordestino



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

A iniciativa para que houvesse este contato partiu do presidente Roosevelt, pois o mesmo

estava muito preocupado com supostas ameaças nazistas ao Brasil, daí o convite à Oswaldo Aranha para conversações econômicas e militares. Vargas aprovou o início destas negociações. Nesta visita, o Departamento de Estado dos EUA levou o ministro a discutir assuntos militares com o chefe do Estado-Maior do Exército, e com o chefe de Operações Navais. Aranha acabou por convidar oficialmente o general Marshall, futuro chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano a visitar o Brasil<sup>11</sup>.

As negociações tiveram início com os militares brasileiros solicitando o envio de armamentos para equipar as suas Forças Armadas, e os norte-americanos negociando com a perspectiva de enviarem tropas para o território brasileiro.

A ênfase na manutenção da soberania brasileira foi uma constante nas negociações com os norte-americanos. Para os militares, a autoridade legal para



aprovar e cumprir as leis dentro do território brasileiro cabia somente ao governo do Brasil. Para eles, a permissão para a vinda de tropas dos EUA para a ocupação de bases no Nordeste, acarretaria a perda da soberania sobre esta área. E a soberania para os militares brasileiros não era um ponto a ser negociado.

No lento e difícil processo de alinhamento militar entre os dois países, não podem ser esquecidos os muitos problemas nos contatos entre os generais Dutra e Góes Monteiro, com o adido militar dos EUA, general Lehmann Miller. Este não confiava na sinceridade dos propósitos dos militares brasileiros, e foi bastante inábil e indelicado, sendo obrigado no início de 1942, a

retornar para os EUA. A crise no processo de alinhamento militar foi muito séria, e poderia ter levado a um desfecho bastante desagradável.<sup>12</sup>

Felizmente, após a saída de Miller, mesmo que de maneira lenta, a aproximação militar acabou ocorrendo, de uma maneira diferente daquela que o Brasil procurava, pois os norte-americanos descumpriram alguns acordos acertados entre as duas nações<sup>13</sup>.

## VARGAS E A CÚPULA DO EXÉRCITO

Durante toda a Era Vargas, foi inegável a atuação conjunta entre os generais Eurico Dutra e

Tabela 2 - Dutra e Góes Monteiro durante a Era Vargas

ANOS	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Mínistro Guerra	-	G	-	-					DUTRA				G
Chefe EME	-	-	-	-					GÓES MONTEIRO				-
Pres. Clube Militar	D	D	G	G	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: D = Dutra  
G = Góes

Fonte: Carvalho, op.cit.



Góes Monteiro. Não há como deixar de concordar com José Murilo de Carvalho quando ele afirma que os dois se completavam, com Góes sendo o estrategista e formulador da política do Exército da época, e Dutra o implacável executor desta política<sup>14</sup>.

Durante a Era Vargas, os dois ficaram todo o período ocupando postos na mais alta hierarquia do Exército.

Também é interessante verificar que, apesar de ser mais moderno, ou seja, promovido depois, em 1935, Dutra era ministro da Guerra e Góes, mais antigo hierarquicamente, “apenas” chefe do Estado-Maior, o que hoje não seria permitido. Com certeza houve um acordo com o presidente Vargas, e os dois fizeram o acerto entre si. Góes Monteiro foi quem indicou ao presidente nome de Dutra para a ocupação do Ministério da Guerra.

A opinião de José Murilo de Carvalho sobre o relacionamento entre os dois pode ser reforçada

pelo depoimento de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente Vargas:

Seu sonho sempre foi implantar no Brasil, não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. [...] Em 1934 tentou ser o amigo perigosamente indispensável e não a Presidência, como supus inicialmente. Em 1935, se apresentou, como salvador, o conselheiro desprezado, mas sempre imprescindível. Em 1937, está enfim pronto para receber o fruto de seu longo trabalho e persistentes estudos. Solapou todos os ministros da Guerra que interferiam em seus planos e destruiu todos os generais que podiam lhe fazer sombra. O ministro da Guerra de 1937, o general Eurico Dutra, era por todos os motivos para ele o homem ideal. O que faltava ao general Góes sobrava ao general Dutra: coragem pessoal e capacidade de execução. Podia fazer agora quantos planos quisesse, como chefe do Estado-Maior, na certeza de que o ministro da Guerra os executaria<sup>15</sup>.



Góes Monteiro escreveu em 1930:

O Exército é uma entidade essencialmente política; e virtualmente todos os aspectos da política nacional o interessam, pois é dela que, até certo ponto emana a doutrina de preparação para a guerra. A política em geral, a política econômica, o sistema de comunicações, a política internacional e todos os tipos de atividades da coletividade, inclusive de instrução e educação do povo, da produção, e do regime político social, tudo em síntese, afeta a política militar do país... A forma mais racional de estabelecer a segurança nacional em bases sólidas com o objetivo supremo disciplinar o povo e de obter o máximo de produção é precisamente o de adotar os princípios da organização militar<sup>16</sup>.

A verdade era que o Exército do Brasil no governo Vargas havia deixado de ser, como afirmou Edmundo Campos Coelho, apenas uma força pretoriana ou miliciana a serviço de facções polí-

ticas civis e sendo utilizado como força meio policial. A política do Exército, a partir de então, passou a ser a preparação para a guerra<sup>17</sup>.

Fig. 2 - Dutra, Getúlio Vargas e Góes Monteiro.



Fonte: Arquivo Nacional

O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível, de modo que nenhum outro elemento antagonístico à sua finalidade possa ameaçar os fundamentos da Pátria. Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a



força é que se pode construir, visto que com fraqueza só se constroem lágrimas<sup>18</sup>.

Ainda com respeito ao relacionamento entre Vargas, Dutra e Góes Monteiro, observa-se que em algumas ocasiões os dois generais pediram a exoneração de seus postos, e o presidente não os aceitou em nenhuma oportunidade. Durante as negociações com os EUA, Vargas teve a chance para demiti-los, o que não fez. Talvez a explicação mais convincente seria a gratidão do presidente com os dois chefes militares, pois a sua permanência na presidência, em grande parte, devia-se à atuação decisiva de ambos em momentos conturbados do período getulista de 1930 a 1945.

## **A RELAÇÃO COM A ARGENTINA**

A questão da defesa continental que tanto preocupava os EUA, particularmente a situação defensiva do Nordeste do Brasil,

em fins dos anos de 1930, poderia ter sido facilitada se os norte-americanos tivessem aceitado a oferta de cooperação na área militar feita pelo Brasil alguns anos antes, pois o governo Vargas havia proposto a construção de uma base naval<sup>19</sup>.

Oswaldo Aranha era incrédulo quanto à possibilidade de o Brasil conseguir algum apoio em um país europeu quando escreveu ao presidente que: “Não temos neste continente um país amigo, capaz de nos ajudar, e sabemos de vários capazes de tudo fazer pelos nossos possíveis inimigos”. Quanto à possibilidade de encontrar aliados na América, afirmava:

No nosso continente, não é mais favorável à nossa posição internacional. Os países indo-espanhóis são os nossos inimigos naturais, não nos podem inspirar confiança e, ainda hoje, não tenhamos dúvida, guardam para conosco as reservas herdadas das lutas ibéricas, acrescidas das rivalidades continentais.



Escreveu também a Vargas sobre o que pensava da Argentina: “A Argentina não tem motivos para ter modificada sua convicção de que nos pode vencer”, além de destacar a melhor situação financeira e militar dos argentinos em relação ao Brasil. O citado anteriormente justificava, para Oswaldo Aranha, a necessidade de um relacionamento mais estreito com os EUA. Ele observava que a situação internacional se encaminhava para uma nova guerra<sup>20</sup>.

Quanto à proposta da cessão da base aos EUA, McCann sintetizou bem a respeito da mesma brasileira não ser aceita pelos EUA:

A sugestão não deu em nada, porque os EUA não estavam preparados, aquela época, para ir tão longe. Irônico como possa parecer, menos de dois anos depois, os EUA estavam buscando desesperadamente a cooperação que o Brasil generosamente oferecera em 1937<sup>21</sup>.

A prioridade do Exército na defesa da Região Sul se devia à difícil postura da Argentina frente aos acontecimentos da América, como por exemplo, a Guerra do Chaco. Os argentinos procuravam também comprar material bélico nos EUA e na Europa, junto à Alemanha nazista. Eles não viam com bons olhos as tentativas do Brasil em reequipar suas Forças Armadas. Os argentinos inclusive já haviam atrapalhado as negociações entre Brasil e EUA, para a compra de 10 cruzadores<sup>22</sup>. Em 1937, ocorreu outra interferência da Argentina na negociação para a aquisição de 06 velhos contratorpedeiros<sup>23</sup>.

Em fins de 1939, o EME apresentou um relatório geral a respeito do mesmo ano, em que se ressalta que o principal problema militar do Brasil, além da falta de material bélico moderno, que estava localizado na região Sul, colocando esta área como a mais sensível quanto às possibilidades de uma invasão, por sua



riqueza econômica, pela presença de colônias estrangeiras e pela deficiência de transportes e comunicações desta região com o centro de gravidade do país.<sup>24</sup>

Quanto à política externa, o documento diz que o EME não traçava uma política exterior, mas planos de guerra de acordo com as hipóteses mais perigosas e prováveis desta política. Sobre a política externa do Brasil, opinava que esta tinha dois caminhos simultâneos: um de captação de forças e o outro de preparação de posições vantajosas para o desenvolvimento da guerra. O primeiro, a íntima cooperação com os EUA. O segundo, a penetração econômica nos pequenos países da fronteira sul, principalmente, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Esta penetração econômica baseava-se em entendimentos e tendências pan-americanas. Vindas com sentido de comunhão, na verdade também ocultava objetivos de ação contra a Argentina.<sup>25</sup>

O documento diz que os EUA representavam na sequência da história e dos interesses brasileiros o termo mais constante para a constituição de nosso primado de forças no continente. Entre os países americanos, Brasil e EUA eram as duas únicas nações não espanholas e que, ao contrário das outras, não se fracionaram.<sup>26</sup>

Colocava também que, pela identidade de fisionomia geográfica, pela aproximação crescente dos objetivos políticos, como pelo desenvolvimento de uma permuta comercial que nos transforme em indispensáveis e recíprocos fatores de prosperidade, o Brasil encontrava nos EUA o seu indefectível companheiro de eixo para uma política exterior.<sup>27</sup>

No documento, o EME afirma que o Brasil interpretava de maneira diferente dos países de língua espanhola a política externa dos EUA, e neste ponto para ele é que se entrelaçavam as tendências das políticas externas dos dois países.



Ressaltava que, para os EUA, o Brasil era a chave da influência continental e a base do equilíbrio e da paz das Américas e da defesa comum, podendo usar o seu prestígio em outras áreas do mundo, particularmente, na competição imperialista com o Japão na Ásia.<sup>28</sup>

Diz ainda o documento:

Em troca dessa se quente e invariável fidelidade da nossa política exterior, os Estados Unidos compreendem e secundam a nossa posição no Prata, e os inevitáveis esforços brasileiros por uma assimilação lenta ao seu sistema econômico, atrair no futuro países que, como o Paraguai, a Bolívia, o Uruguai afetam a nossa vulnerabilidade militar numa guerra que ainda se venha a ferir nesse setor nevrálgico.

Nossa política exterior está, portanto, traçada sobre duas direções lineares de evidente simplicidade: ao Sul, penetração econômica progressiva acobertada no pacifismo continental; ao Norte, uma íntima cooperação de elementos afetivos e materiais para que

aquela política de aproximação possa escudar-se no seu momento crítico, em uma sanção militar apoiada na amizade e potencial dos Estados Unidos.

É comum encontrar que os generais Dutra e Góes Monteiro tinham tendências germanófilas. Este relatório mostra, em 1939, a posição do Exército Brasileiro, e o caminho da cooperação junto aos EUA em caso de uma agressão ao continente, e no caso de um conflito entre norteamericanos e argentinos. Não existe neste documento nenhuma indicação de uma futura aliança com a Alemanha, em caso de guerra.

Assim como o Exército, a Marinha brasileira também possuía preocupações com a Argentina, durante a 2ª Guerra. Existe um documento do Estado-Maior da Armada do Brasil (EMA), do início de 1942, a respeito de um convênio de cooperação marítima entre o Brasil e os EUA.<sup>29</sup>



Neste documento, a Marinha Brasileira demonstrava as dificuldades de ordem material pelas quais passava, admitindo a situação de inferioridade em relação à Argentina quanto ao poder de combate e de velocidade. Está escrito:

3 – É de consenso geral que no estado atual das nossas Forças Navais, o Brasil se encontra hoje, em lastimável situação de inferioridade potencial, em relação a República Argentina”.<sup>30</sup>

O EMA declarou que, se fosse assinado um convênio com os EUA, deveria ser considerada a possibilidade de o Brasil vir a ser atacado pela Argentina, tendo em vista a postura deles com relação ao momento pelo qual se encaminhava a 2ª Guerra Mundial.<sup>31</sup>

O documento foi finalizado com o EMA afirmando que, em caso da assinatura do convênio entre os dois países, os EUA deveriam deixar uma força naval no Atlântico Sul, e que esta medida teria como efeito fazer a Argenti-

na ser mais cautelosa, sabendo de antemão que em guerra contra o Brasil este teria o apoio norte-americano. Claramente o objetivo desta preparação militar era fazer parecer arriscado para os argentinos o uso da força militar, poupando o Brasil de ter de fazer uso da mesma.

## **1942: O BRASIL ENTRA NA GUERRA**

O processo de aproximação militar entre o Brasil e os Estados Unidos foi bastante lento e cheio de dúvidas de ambas as partes, conforme visto anteriormente. Entretanto, em nenhum momento, o Brasil esteve perto de se tornar um aliado do Eixo, algo que algumas vezes é apresentado como uma verdade.

A partir da visita do general Marshall ao Brasil no início de 1939, e logo a seguir, a do general Góes Monteiro aos EUA, as negociações foram intensificadas, mas, nada de produtivo veio a



ocorrer, pois, os dois países tinham muito a pedir, e pouco a oferecer. O Brasil não possuía recursos e nem meios para fazer altos investimentos na sua defesa, e os EUA, precisavam primeiro aumentar a sua produção industrial voltada para a guerra, e aumentar os seus efetivos militares, que naquela oportunidade, início dos anos de 1940, eram minúsculos perto de nações como a Alemanha, URSS e Japão.

A postura brasileira com relação a guerra começou a mudar após o ataque do Japão a Pearl Harbor, em dezembro de 1941. Em janeiro de 1942, após a Conferência do Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações com o Eixo, junto com todas nações americanas, com a exceção da Argentina e do Chile. Nos meses seguintes, submarinos alemães e italianos afundaram diversos navios brasileiros, o que levou o Brasil a declarar guerra ao Eixo, em agosto de 1942.

O convênio assinado entre as duas nações em maio de 1942,

não previa o emprego de tropas brasileiras fora do continente americano. Inicialmente, autoridades militares e civis dos EUA, propuseram o envio de nossas tropas, mas a cúpula militar norte-americana era contra, por questões como a dificuldade para o treinamento e o fornecimento de material bélico para o efetivo brasileiro.

O próprio presidente Vargas somente passou a defender o envio de tropas brasileiras para o front no final de 1942 <sup>32</sup>, autorizando o Exército a tomar as medidas iniciais para a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Aliás, todo o processo de formação e preparação da FEB foi muito lento e complicado. Diversas barreiras foram derrubadas até o dia 02/07/1944, quando o 1º escalão partiu para Nápoles, na Itália, quando na verdade era aguardado para receber treinamento, e equipamento bélico no norte da África. A decisão de enviar a FEB para a



Itália veio do governo dos EUA, e ocasionou situações desagradáveis para a tropa brasileira em solo italiano. A FEB superou as muitas dificuldades que se apresentaram, e se transformou em uma unidade que cumpriu com dignidade todas as missões em que participou.

## **1945: O EXÉRCITO ENCERRA O ESTADO NOVO**

O final do Estado Novo, como o seu início, teve a fundamental participação do Exército, a partir do momento em que a cúpula militar verificou que Vargas estava agindo para permanecer na presidência. A atuação do general Góes Monteiro foi decisiva para que isso acontecesse. O interessante é verificar que militares norte-americanos que atuavam no Brasil neste período, achavam que o general Góes era um homem desprestigiado, e sem poder, conforme podemos observar, na pesquisa de Dennison

de Oliveira, realizada no *National Archives II*:

Após longa entrevista concedida por Góes Monteiro em 1944, que, naquela oportunidade, ocupava o posto de representante de embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê Emergência e Defesa Política da América, com sede em Montevideu, o capitão Vernon Walters, transcreveu e traduziu o documento colocando o seu parecer: <sup>33</sup>“Góes estava em Montevideu para ficar atento aos desenvolvimentos futuros. Apesar de sua má condição de saúde foi impossível recusar o pedido de Vargas”<sup>34</sup>.

A seguir o adido militar, o major Lincoln O’Brien, fez o seguinte comentário:

Comentário do representante do Adido Militar: o general Góes é um homem em desgraça. Toda sua entrevista reflete seu ressentimento. Ele pode estar sendo motivado por um desejo de interferir com o plano de Dutra para uma Força Expedicionária



Brasileira. Os planos de guerra possivelmente são autênticos. É certo que a Argentina tem planos para conduzir uma guerra contra o Brasil. Não há dúvida de que muitos brasileiros estariam entusiasmados com o prospecto de uma guerra contra a Argentina<sup>35</sup>.

Os planos de guerra “autênticos” apresentados por Góes Monteiro eram os da Argentina para atacar o Brasil, possivelmente, uma versão alterada do Plano Máximo, em que ao invés da Argentina sofrer um ataque do Chile com o posterior apoio do Brasil, os portenhos eram os responsáveis pela iniciativa do ataque. Este plano foi aceito como verdadeiro pelos EUA. É bom ressaltar que durante boa parte da Era Vargas, o general teve uma enorme preocupação com a postura dos argentinos.

Já quanto a sua ida para Montevideú, isso poderia ser visto como um enfraquecimento de sua posição junto a Vargas, e ao Exército, como entendido pe-

los norte-americanos, ou também como uma forma de ganhar algum dinheiro, pois o general não era um homem abastado. Uma posição sobre o que ele poderia na verdade estar fazendo por lá, afastado do centro dos acontecimentos da época, o Rio de Janeiro, pode ser baseada nas palavras dadas pelo ex-presidente Geisel, que foi adido no Uruguai, em 1947, pouco após a guerra, sobre a importância da capital do Uruguai para o Exército do Brasil:

O Uruguai naquela época não tinha nenhuma relevância militar para nós. Era importante por causa do Perón. Os uruguaios, que eram governados pelo Partido Colorado, viviam preocupados com o Perón, e ali tínhamos mais possibilidades de obter informações sobre a situação da Argentina do que o adido que estava em Buenos Aires. Muitas informações sobre a Argentina eu recebia através de uruguaios, dependendo do grau de confiança e de relacionamento que tinham comigo.<sup>36</sup>



A avaliação de que o general era um homem em desgraça, é muito séria, e não custa lembrar, foi enviada para os Estados Unidos. Em 1944, e pouco após a entrevista, o “homem em desgraça” saiu do Uruguai, retornou ao Brasil via Rio Grande do Sul, visitou unidades militares tomando informações sobre a situação política do Brasil e, chegando ao Rio de Janeiro, teve uma fervorosa recepção da alta oficialidade do Exército, inclusive do Ministro Dutra. Reuniu-se com Vargas e informou ao presidente que havia voltado para acabar com o Estado Novo.

Em outubro de 1945, o mesmo personagem liderou o grupo que tirou Getúlio do poder, e colocou o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. A eleição presidencial ocorreu, conforme o previsto, e nela o general Dutra, após se afastar do Ministério da Guerra, candidatou-se, e foi eleito como presidente da República.

Fig. 3 - Góes Monteiro e Dutra.



Fonte: Memorial da Democracia

## CONCLUSÃO

O período conhecido como Estado Novo, iniciado em novembro de 1937, somente existiu porque o Exército apoiou o plano de Vargas em permanecer no poder. A verdade é que, sem o apoio do Exército, Vargas não teria chegado ao poder em 1930, não teria permanecido nele, em 1937, e graças a perda deste apoio, foi retirado da presidência em 1945.

A importante atuação dos generais Dutra e Góes Monteiro durante toda o período de 1930 a 1945, é inquestionável. Em alguns momentos, ambos pediram



exoneração de seus cargos, mas Vargas, em nenhum momento, teve a iniciativa para aceitar os pedidos realizados, pois, ele sabia que os dois generais possuíam o controle do Exército. Ele também sabia que devia a sua chegada, e permanência no poder aos dois generais. Em um momento de grande turbulência internacional, com o início da Segunda Guerra Mundial, ficar sem o apoio militar seria, provavelmente, o fim de seu governo.

A participação de Dutra e Góes Monteiro nas negociações militares com os EUA foram muito importantes. Os dois sabiam das difíceis condições materiais em que se encontrava o Exército naquele período. A demora no fornecimento de material bélico pelos norte-americanos, e o descumprimento de promessas feitas nas negociações, fizeram com que as mesmas fossem lentas e difíceis, mas que culminaram com o envio da FEB para lutar nos campos de batalha da Itália. Não existe nenhuma base para se

afirmar que os dois fossem simpatizantes do nazismo, como ainda afirmam alguns pesquisadores, pois as fontes disponíveis mostram a intensidade das negociações entre os o Brasil e EUA. Os dois generais também são acusados de atuarem contra a FEB, outra inverdade, assim como são desconhecidas as fontes com possíveis negociações, entre o Brasil e a Alemanha nazista, visando uma aproximação militar durante a Segunda Guerra Mundial.

## **FONTES**

Arquivo Histórico do Exército

National Archives and Record Administration – Nara II

## **BIBLIOGRAFIA**

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e*



a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The Framework of Hemisphere Defense*. Washington, D.C.: Center of Military United States Army, 1989.

DINIZ, Estevez. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: Propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: Editar, 2022.

LATFALLA, Giovanni. *FEB, Missões e Observadores Militares*. Juiz de Fora: Editar, 2023 (a).

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil/Estados Unidos 1939-1943*. Rio de Janeiro: Bibliex: 2023 (b).

MCCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*. História do Exército Bra-

sileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EU: nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> MCCANN, 1973, p. 16

<sup>2</sup> Ibid, p. 23.

<sup>3</sup> O Plano Cohen foi elaborado pelo capitão do EB Olympio Mourão Filho, simpatizante do Integralismo, e previa a tomada do poder pelos comunistas. O plano era falso e foi usado pelo Comando do Exército e por Vargas



---

como pretexto para a implantação do Estado Novo.

<sup>4</sup> MCCANN, 2007, p. 547-548.

<sup>5</sup> DINIZ, 1996, p.215-222.

<sup>6</sup> Contrato firmado com autorização do Presidente da República, dos Estados Unidos do Brasil, entre o Ministério da Guerra, pelo seu órgão competente, a Diretoria de Material Bélico, e a firma Krupp A.G, de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de artilharia a cavalo ao Exército Nacional. Rio de Janeiro, 19-03-1937. Arquivo Histórico do Exército: documentos das compras da Krupp.

<sup>7</sup> Contrato firmado com autorização do Presidente da República, dos Estados Unidos do Brasil, entre os Ministérios da Guerra e da Fazenda e a firma Krupp A.G, de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de artilharia ao Exército Nacional. Rio de Janeiro, 25-03-1938, p. 01, 11, 14, e 17 Arquivo Histórico do Exército: documentos das compras da Krupp.

<sup>8</sup> MCCANN, 2007, p.526.

<sup>9</sup> CONN; FAIRCHILD, 1989, p.265.

<sup>10</sup> DINIZ, 1996, p.212-213.

<sup>11</sup> CONN; FAIRCHILD, 1989, p.268.

<sup>12</sup> LATFALLA, 2023 (b), 163-187.

<sup>13</sup> LATFALLA, 2023 (a), 136, 154-157.

<sup>14</sup> CARVALHO, 2005, p. 84.

---

<sup>15</sup> PEIXOTO, 2017, p.228-229.

<sup>16</sup> MONTEIRO, 1930, p. 133,

<sup>17</sup> COELHO, 2000, p. 112.

<sup>18</sup> MONTEIRO, 1930, p. 156-157.

<sup>19</sup> MCCANN, 1973, p.110-111.

<sup>20</sup> HILTON, 1994, p.213.

<sup>21</sup> MCCANN, 1973, p.110-111

<sup>22</sup> HILTON, 1994, p.228-229.

<sup>23</sup> PEREIRA, 2015, p.68-69.

<sup>24</sup> Relatório Anual do Estado-Maior do Exército Brasileiro em 1939, p.17-20, 153-156. Arquivo Histórico do Exército. Documentos do Estado-Maior do Exército.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p.18.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p.20.

<sup>29</sup> Documento do Estado-Maior da Armada (EMA). Exposição dos pontos de vista do EMA para fixar as diretrizes que devem ser adotadas no convênio a estabelecer entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. Rio de Janeiro, 25-02-1942, p. 1. Arquivo Histórico do Exército. Documentos do Estado-Maior do Exército.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.3.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>32</sup> LATFALLA, 2022, p.203-204.



---

<sup>33</sup> National Archives. Record Group 043. Military Intelligence Division. Military Atache Report: Brazil. The Plano Maximo. Interview with general Góes Monteiro. Secret. 27-01-1944, p. 1-5.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 2015, p.300.

<sup>35</sup> Ibid, p.300.

<sup>36</sup> D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p.105.